



Leia neste número:

Chega de pagar a Conta	01
Acerto na política de reajuste do salário mínimo	02
Mínimo vai injetar R\$ 57 bi na economia	02
Insistindo no erro	03
Exclusão não desenvolve a Nação	03
23ª Plenária da Executiva Nacional da UGT	04
Promoção do Trabalho Decente	04
Panorama Laboral 2015	04



Exportar para empregar: uma proposta da UGT para a crise

Chega de pagar a Conta!

Idade mínima obrigatória para aposentadoria? Não

Posso garantir desde já que nós, da **União Geral dos Trabalhadores UGT**, somos contra qualquer proposta que penalize trabalhadores ao adotar regras para a aposentadoria, seja por idade mínima (como quer o governo em 2016), pelo famigerado fator previdenciário (de 1999), ou pela fórmula 85/95 (em estudo).

Cada vez que se fala de ajuste fiscal ou reforma previdenciária, os trabalhadores tremem, pois sabem que vai sobrar para eles.

Adivinhem qual foi uma das primeiras medidas anunciadas pelo novo ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, tão logo assumiu o cargo? Reforma na Previdência, com o estabelecimento de uma idade mínima para todos os trabalhadores se aposentarem.

É uma forma de penalizar, mais uma vez, aqueles que contribuíram com o desenvolvimento do nosso país e deveriam ter agora o merecido descanso para cuidar de suas vidas e famílias.

Idade mínima, meus amigos, é um castigo para trabalhadores que entraram no mercado aos 12, 14 ou 16 anos. Quando chegam aos 50 anos, com o limite de tempo de contribuição já atingido (30 anos para mulheres e 35 para homens), eles têm de esquecer os sonhos de uma aposentadoria digna e retornar para seus postos de trabalho.

A bem da verdade, entre 12 e 16 anos, os jovens deveriam estar na escola, como prega a Constituição de 1988, para termos uma população mais capacitada para os desafios do mercado de trabalho.

Certas ou não, as políticas de Estado que se sucederam ao longo dos anos tentaram ter esse norte, mas nem sempre os planos deram certo. Por outro lado, as famílias precisam que os jovens entrem rápido no mercado de trabalho, para ajudar na sobrevivência de todos.

Vale lembrar que o ajuste fiscal feito até agora pelo governo já penalizou os trabalhadores com uma série de restrições. O seguro-desemprego, por exemplo, só pode agora ser retirado pela primeira vez após 12 meses de trabalho ininterruptos, e não mais 6.

O golpe principal em quem se aposenta veio em 1999, com a criação do fator previdenciário por Solange Paiva Vieira, economista que bolou, no governo de Fernando Henrique Cardoso, uma "formulinha" que terminou por atacar o bolso dos aposentados em até 40%. Só para lembrar: na época, FHC chamou de "vagabundos" os que se aposentam com menos de 50 anos.

Caso o brasileiro possa se aposentar pela fórmula 85/95, escapará do fator previdenciário, mas terá que trabalhar mais tempo para conseguir o benefício.

Podemos concluir, portanto, que as três propostas –por idade, fator previdenciário ou 85/95– retiram direitos dos trabalhadores. A melhor solução ainda é a aposentadoria por tempo de serviço.

Não há dinheiro para isso? Sabemos que ainda não. Então a melhor solução é chamar os trabalhadores para discutir o que pode ser feito dentro das restrições orçamentárias. O que não queremos é receber pacotes prontos e pagar a conta.

O nosso país precisa se organizar para proteger sua maior riqueza: seus trabalhadores e aposentados.

"...a melhor solução é chamar os trabalhadores para discutir o que pode ser feito dentro das restrições orçamentárias. O que não queremos é receber pacotes prontos e pagar a conta".

Acerto na política de reajuste do salário mínimo

Ricardo Patah, presidente nacional da UGT



Governo acerta em manter a política de reajuste do salário mínimo. O impacto na economia será positivo, vai proporcionar aumento na produção, no consumo e a retomada do crescimento. O mais importante, no entanto, será a abertura de novas vagas de emprego no mercado formal. Impactos do novo salário mínimo

A **Nota Técnica 153** trata do impacto do reajuste do salário mínimo de R\$ 788,00 para R\$ 880,00, em 2016. Destacam-se as estimativas abaixo:

*48,3 milhões de pessoas têm rendimento referenciado no salário mínimo.

*R\$ 57,042 bilhões será o incremento de renda na economia.

*R\$ 30,7 bilhões correspondem ao incremento na arrecadação tributária sobre o consumo.

Novo salário mínimo vai injetar R\$ 57 bi na economia, diz Dieese

O aumento do salário mínimo de R\$ 788 para R\$ 880 deve injetar R\$ 57 bilhões em renda na economia no ano que vem.

São 48,3 milhões de brasileiros com rendimento referenciado ao salário mínimo, segundo estudo do Dieese divulgado nesta terça-feira (29).

Desse total de 48,3 milhões de brasileiros, 22,5 milhões são aposentados e pensionistas; 13,5 milhões são empregados com carteira assinada; 8,2 milhões são trabalhadores por conta própria e 3,99 milhões são empregados domésticos.

O salário de R\$ 880 acumula ganho real (descontada a inflação) de 77,35% desde 2002, quando o piso foi estabelecido em R\$ 200. Nesse mesmo período, a inflação medida pelo INPC é de 148,09%. O cálculo considera INPC estimado em 0,80% em dezembro de 2015.

O reajuste do valor do salário mínimo para R\$ 880 causa impacto total no Orçamento federal de 2016 de aproximadamente R\$ 4,77 bilhões, segundo informou o governo em nota.

"Desse total, parcela de R\$ 3,03 bilhões é relativa ao regime geral da Previdência Social, fatia de R\$ 612,19 milhões refere-se aos benefícios da renda mensal vitalícia da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) e R\$ 1,12 bilhão, aos benefícios de abono e seguro-desemprego", segundo dados do Ministério do Planejamento.

"A cada R\$ 1 de acréscimo no salário mínimo há o impacto de R\$ 293 milhões ao ano somente sobre a folha de benefícios da Previdência Social", diz José Silvestre Prado de Oliveira, coordenador de relações sindicais do Dieese.

O estudo do Dieese leva em conta que o peso relativo da massa de benefícios equivalentes a um salário é de 49% e corresponde a 69,2% do total de beneficiários. "O impacto do custo na Previdência é muito inferior ao gasto que o governo tem ao ano para pagar os juros da dívida pública, ao redor de R\$ 400 bilhões", afirma o coordenador.

Se comparado ao valor da cesta básica calculada pelo Dieese, estimada em R\$ 412,15 em janeiro de 2016, o novo salário mínimo equivale a 2,14 cestas. Em novembro de 2015, o valor da cesta foi de R\$ 404.

"É a maior quantidade de cestas básicas já registrada desde 1979, início da série histórica que compara o valor do salário mínimo anual com o valor anual da cesta", afirma Oliveira. (Folha de S.Paulo, 31.12.2015)

Teto da Previdência deve ir para R\$ 5.203 com novo salário mínimo

O ministro da Previdência Social, Miguel Rossetto, afirmou que não há risco de o governo federal e de outros governos não terem recursos para garantir o pagamento do aumento do salário mínimo, que passará para R\$ 880 a partir de janeiro.

Segundo ele, os parâmetros de arrecadação também serão aumentados, garantindo recursos para o pagamento. Ele citou o aumento do teto do valor da Previdência Social, que deverá passar de R\$ 4.663 para R\$ 5.203. Este valor teto baliza o desconto do INSS no salário dos trabalhadores.



Dieese > Nota Técnica 153

Insistindo no erro

Carlos Alberto Schmitt de Azevedo

Presidente da CNPL - Confederação Nacional das Profissões Liberais



O governo federal repete ao fim do ano de 2015, os mesmos erros crassos cometidos ao final de 2014: anunciar medidas e ações econômicas de amplo impacto no tecido social, profundamente nocivas às classes trabalhadoras, sem ao menos consultar ou estabelecer qualquer tentativa de diálogo com as entidades representativas dos trabalhadores ou da sociedade civil organizada.

Novamente vem a público o Ministro da Fazenda ecoar que a solução para os desastros cometidos nas políticas econômicas e trabalhistas do governo passa pelo arrocho fiscal daqueles que pagam imposto direto na fonte e na retirada de direitos laborais arduamente conquistados ao longo de décadas de lutas dos trabalhadores e dos seus sindicatos.

A Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL, representante única e legal de 51 categorias profissionais e cerca de 15 milhões de trabalhadores, como o fez em 2014, reafirma nesse momento seu total engajamento com as demais entidades do movimento sindical na condenação veemente dessas práticas anti-trabalhistas e antissindicais que demonstram o descaso e o pouco apreço com as práticas democráticas e governança, além de representarem a antítese do que foi prometido na campanha de reeleição da presidente Dilma e de seu grupo político.

A CNPL entende que as classes trabalhadoras e o movimento sindical já foram além da cota de sacrifícios que lhes poderiam ser imputadas. Aliás, reafirmamos que continuamos a pagar sozinho essa conta dos desacertos gerenciais do governo que insiste em gastar mal e perdulariamente o que arrecada, beneficiando tão somente ao setor especulativo, em detrimento daqueles que produzem renda e trabalho para a população brasileira.

Reiteramos nosso compromisso com a com a sociedade brasileira na defesa dos direitos e conquistas dos trabalhadores, na defesa da aposentadoria, na luta contra o trabalho escravo, na implantação do trabalho decente em todos os níveis e na refundação de uma República justa, fraterna e igualitária.

Aumentar exclusão não desenvolve a Nação

Nota oficial da UGT sobre as anunciadas reformas da Previdência e Trabalhista

Ricardo Patah, presidente da União Geral dos Trabalhadores

Mais uma vez, se anunciam às vésperas do Natal medidas que só fazem prever um Ano Novo repleto de tristezas e incertezas para os trabalhadores e suas famílias. Novamente, erra no alvo e na forma o Governo Dilma. Atropela o diálogo com as Centrais Sindicais e arbitrariamente aponta a tesoura dos cortes ao muito pouco que o Estado Brasileiro retorna aos trabalhadores efetivamente contribuintes da Previdência Social. Enquanto isso, nada é apresentado para conter a verdadeira sangria do Tesouro Nacional, representada pelos privilégios e favores bilionários que sustentam as castas de uma elite empresarial e política que vive de sugar o Estado Brasileiro.

Escolher este momento de grave crise, com o País à beira da depressão econômica, para propor Reforma da Previdência e Reforma Trabalhista é um verdadeiro crime de lesa-trabalhador. Falar em negociado sobre o legislado, terceirização e outras flexibilizações, enquanto o desemprego cresce descontroladamente é dar cobertura do Governo à negociação entre a corda do patrão e o pescoço da classe trabalhadora.

A **União Geral dos Trabalhadores** rejeita e repudia a adoção de medidas nas áreas previdenciária e trabalhista tramadas em gabinetes, à revelia das mesas de negociação e concertação das quais participam as Centrais Sindicais e as organizações de aposentados. Reafirmamos nosso empenho pela adoção dos consensos estabelecidos no **Compromisso Pelo Desenvolvimento**, firmado entre as Centrais Sindicais e setores empresariais realmente preocupados em tirar o Brasil do atoleiro em que foi lançado.

Por tudo isso, a UGT conclama os brasileiros e suas lideranças sindicais a resistirem, por todos os meios ao seu alcance, a mais estes ataques aos direitos e conquistas que a duras penas foram acumulados ao longo da história de lutas da classe trabalhadora brasileira.



Confederação Nacional das Profissões Liberais



Compromisso Pelo Desenvolvimento



A **União Geral dos Trabalhadores (UGT)** realizou, na manhã da quinta-feira, dia 17, no hotel Novotel Jaraguá, em São Paulo, sua **23ª Reunião Plenária da Executiva Nacional** e reuniu diretores ugetistas dos 25 estados da federação, e do Distrito Federal.

O encontro contou também com a presença de Geraldo Alckmin, governador de São Paulo, que enalteceu a importância da realização da reunião, lembrou que apesar da UGT ser uma central nova, de 2007, é uma entidade que já nasceu grande, por representar a união de três importantes instituições sindicais, pela qualidade de suas lideranças e de seus filiados, o que fortalece sua combatividade, fundamental para o país por seu comprometimento com o emprego, com o desenvolvimento e com os direitos dos trabalhadores.

Promoção do Trabalho Decente

UGT e países do leste europeu traçam ações contra exploração de empresas como McDonald's, Walmart, entre outras multinacionais.

Chegou ao fim na quinta-feira, dia 17 passado, a **1ª Conferência de Trabalho Decente e Cooperação Internacional da União Geral dos Trabalhadores (UGT)**. Uma realização do **Observatório de Trabalho Decente** e da **Secretaria para Questões de Práticas Antissindicais e Relações do Trabalho da UGT**, junto ao projeto Trabalho decente – Vida Decente nacional e internacional.



Para o **comitê do Observatório do Trabalho Decente da UGT**, a conjuntura dos multiplicadores de trabalho decente da Romênia, Lituânia, Áustria, Polônia, Bulgária, e Brasil nesta 1ª conferência UGT de Trabalho Decente e Cooperação Internacional permitiu aos participantes aprofundar e enriquecer a discussão das estratégias para realizar trabalho decente, tanto nestes países parceiros quanto ao redor do mundo.

“Apesar da conferência ter marcado o encerramento do projeto internacional de 'Trabalho Decente - Vida Decente', a cooperação entre os sindicalistas destes países integrantes vai aumentado cada vez mais. Além de trocar experiências com a promoção e monitoramento de trabalho decente, os participantes discutiram os desafios comuns apresentados pelo capitalismo neoliberal, os participantes discutiram a criação oportuna e a utilidade do Observatório do Trabalho Decente”, finaliza Euan Gibb, coordenador do projeto “Multiplicando o Trabalho Decente - Vida Decente” da UGT. *(Mariana Veltri - imprensa da UGT)*

SINDI-API-UGT prepara curso sobre previdência social

O **Sindicato dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da UGT (SINDI-API)**, realizará a partir de 2016 uma série de cursos voltados para formação de orientadores em previdência social.

Intitulado **“Conhecer para ser Orientador e Multiplicador em Previdência Social”**, o curso abordará temas como: o papel da previdência social no Brasil, como se preparar para a aposentadoria, entre outros. [\(Veja a relação completa dos temas\)](#)

Segundo **Natal Leo, presidente do SINDI-API-UGT**, a medida é importante para a formação de pessoas especializadas em previdência social, só assim é possível orientar os trabalhadores e trabalharas em relação à aposentadoria. “Desta maneira, nós da UGT estaremos formando formadores que estarão capacitados a ministrar esse curso para outras pessoas”.

O UGT Global é o Boletim de Informação Internacional da União Geral dos Trabalhadores.

A UGT é uma organização sindical constituída para defender os trabalhadores brasileiros através de um movimento sindical amplo, cidadão, ético, solidário, independente, democrático e inovador.

Diretor de Comunicação: Marcos Afonso de Oliveira – MTb 62.224/SP

Jornalista Responsável: Mauro Ramos



Observatório do Trabalho Decente da UGT



Contato: Natal Leo - presidente
(11) 99658-1658
natal-leo@ig.com.br

